

Um estudo sobre a macrotoponímia de Mato Grosso

A study about macrotoponymy of Mato Grosso State

Soeli Bento Clementi

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS

<https://orcid.org/0000-0003-2093-5092>

soeli_bentoclement@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho discute interfaces entre toponímia e História a partir do estudo da macrotoponímia dos 141 municípios de Mato Grosso (IBGE, 2022). Para tanto, analisa os aspectos linguísticos relativos a cada topônimo, bem como os fatores da realidade extralinguística contidos nos designativos (DICK, 1990; 1992). A análise das possíveis causas denominativas buscou respaldo em obras enciclopédicas e de cunho regional (HIGA; MORENO, 2017; BARROZO, 2014; FERREIRA, 2001). O estudo evidenciou uma expressiva criação de municípios nas décadas de 1980 e 1990 (85 novos municípios – 60,28% do total) em decorrência da divisão do estado de Mato Grosso (1977), período marcado por intensas ações expansionistas do Governo Federal em parceria com empresas privadas, objetivando o povoamento do imenso território do estado. Nesse contexto, a taxa dos cronotopônimos foi a mais produtiva.

Palavras-chave: Léxico, Toponímia, Mato Grosso, História.

Abstract: This paper discusses interfaces between toponymy and History based on the study of the macrotoponymy of the 141 municipalities of Mato Grosso (IBGE, 2022). For that, it analyzes the linguistic questions related to each toponym, as well as the aspects of the extralinguistic reality contained in the designations (DICK, 1990; 1992). The analysis of possible denominational causes sought support in encyclopedic and regional works (HIGA; MORENO, 2017; BARROZO, 2014; FERREIRA, 2001). The study showed a significant creation of municipalities in the 1980s and 1990s (85 new municipalities – 60.28% of the total) as a result of the division of the state of Mato Grosso (1977) when the colonizing actions of the Federal Government were intensified in partnership with private companies that explored the immense territory of the state. In this context, the chronotoponym tax was the most productive.

Keywords: Lexicon, Toponymy, Mato Grosso, History.

Introdução

O ato de nomear, específico da atividade humana, organiza o mundo sensorial, agrupando-o em categorias como, plantas, animais, pessoas, lugares, objetos, entre outros, de maneira geral, como também, um único elemento dentro dessas categorias mais gerais, por meio da atribuição de um nome próprio. Assim, tanto no desempenho da função de nome comum, quanto na de nome

próprio, a palavra congrega as especificidades do ente nomeado, para que o ato de referenciação e identificação se efetive. Nessa condição, enquanto o nome comum precisa pôr em relevo as diferenças entre as categorias, o nome próprio precisa refletir as de um único elemento dentro de uma categoria.

De acordo com Trapero¹ (1995: 69, tradução nossa) “o processo de nominalização de um território é, por força, complexo e heterogêneo se considerado no seu conjunto, mas extraordinariamente simples se tomado nome a nome, na sua relação com o ponto topográfico a que se refere”. A complexidade reside na medida em que o denominador se apropria das ferramentas da linguagem, o léxico comum, dentro das regras gerais de uma língua, condicionadas pelas particularidades regionais do ente nomeado, corporificando uma diversidade de fatores linguísticos e extralinguísticos dos habitantes de um espaço geográfico.

Entretanto, conforme o autor, “na maioria dos casos não haverá um ‘batismo’ do lugar, por assim dizer; será suficiente que o nome comum com que começou a ser chamado esse lugar seja generalizado na fala da comunidade local correspondente” (TRAPERO, 1995: 69, tradução nossa)². Segundo o autor, evidencia-se a liberdade de denominar um ponto qualquer de uma região, factível ao usuário de uma língua, consubstanciado, em um primeiro momento, de forma espontânea, cunhada pela fala e posteriormente oficializada ou não.

De forma simples, os aspectos da realidade objetiva (material) e/ou da cultura imaterial são corporificados na palavra alçada à função toponímica. A esse respeito, Carvalhinhos (2003: 174) também afirma que “o denominador utiliza uma lexia disponível em seu léxico virtual e a atualiza,

¹ - El proceso nominalizador de un territorio es, por fuerza, complejo y heterogéneo si se considera en su conjunto, pero extraordinariamente simple si se toma nombre a nombre, em su relación con el punto topográfico a que se refiere (TRAPERO, 1995: 69).

² - En la mayoría de los casos no habrá un "bautizo" expreso del punto del terreno, por así decirlo; bastará que el nombre común com que se ha empezado a llamar a ese punto se generalice en el habla de la comunidad local correspondiente (TRAPERO, 1995: 69).

muitas vezes em um primeiro momento, como lexema, isto é: não há intencionalidade real de denominação, apenas o nome surge num contexto enunciativo oral – discursivo”. Nesse contexto, demarcar geograficamente um espaço pelo atributo de um nome atende a requisitos dos quais dependem o desempenho das atividades econômicas no mercado globalizado. As ações ordinárias de vender ou comprar mercadorias, receber encomendas ou preencher documentos para viabilizar questões burocráticas referentes à vida do indivíduo se fazem pela macrotoponímia (país, estado, município) e, no âmbito menor, pela microtoponímia (distritos, localidades, bairros, ruas e numeração).

Em primeiro plano, a toponímia, enquanto conjunto de topônimos de uma região, atende às exigências da vida de relações, sendo, portanto, imprescindível nas sociedades modernas, por situar o local que se quer ou precisa encontrar. Ciente dessa realidade, este trabalho discute a interface entre a macrotoponímia (topônimos que nomeiam áreas mais extensas em relação a espaços menores) e a História a partir dos designativos dos municípios de Mato Grosso, buscando correlacionar a natureza dos nomes com a formação étnica da população e os diferentes processos de constituição dos municípios.

O imenso território de Mato Grosso oferece um manancial inexaurível de topônimos a serem pesquisados, em razão de não haver uma atenção desperta para as possibilidades de pesquisa dos nomes próprios de lugares, sob o arcabouço teórico-metodológico da Toponímia, em âmbito acadêmico. Nessa conjuntura, esperamos contribuir, por meio da realização desta pesquisa, para a formação do Atlas Toponímico de Mato Grosso, bem como, para a socialização de informações relevantes sobre os nomes dos municípios (aspectos linguísticos) e o contexto histórico-geográfico refletidos nos designativos.

Este artigo estrutura-se em quatro tópicos. O item um, na sequência, traz a discussão do aporte teórico no qual se fundamentam os estudos em toponímia, enquanto o tópico dois apresenta

a contextualização histórica do processo de ocupação do estado de Mato Grosso, a constituição dos municípios em diferentes fases e modos de criação. O tópico três destina-se à apresentação dos dados que compõem o objeto deste estudo, a análise e classificação dos topônimos conforme o modelo teórico de Dick (1990/1992), enquanto a base linguística dos nomes foi descrita no tópico quatro. Em seguida, estão as considerações finais.

1. Pressupostos teóricos

1.1. A toponímia – Subárea da Onomástica

O léxico de uma língua pode ser abordado, de forma científica, pela Lexicologia, que tem como objeto de estudo a palavra, a categorização e estruturação do léxico; a Lexicografia, que se ocupa do tratamento do acervo vocabular da língua; a Terminologia, que estuda as unidades lexicais específicas das áreas de especialidades, os termos; a Fraseologia, que analisa as unidades complexas tanto no vocabulário comum quanto no de especialidade. Ainda, no nível lexical, temos os estudos em Toponímia, que se inscrevem no ramo da Onomástica, ciência do século XIX, parte integrante da Linguística que possui relações estritas com a Geografia, a História, a Antropologia, entre outras ciências.

De acordo com Isquardo (2020: 10), a Toponímia se constitui como uma ciência cujo objeto são “os nomes de lugares, os enunciados linguísticos que nomeiam e identificam espaços de áreas rurais (rios, córregos, sangas, corixos, igarapés, cachoeiras, montanhas, serras, cordilheiras...) e urbanas (cidades, vilas, povoados, bairros, ruas, alamedas, praças...)”. O topônimo tem, pois, a função semântica localizadora de identificar um ponto qualquer no globo, todavia, delimitar um espaço pelo ato de nomeação põe em jogo a língua e as informações do aspecto físico e sócio-histórico-cultural dos habitantes da área nomeada.

Conforme Trapero,

a toponímia é uma disciplina cujos problemas têm sido compartilhados pela linguística, geografia, história, botânica, arqueologia, antropologia... E todos eles alegando um ‘direito’ de propriedade. Mas será preciso concordar que a linguística tem mais (não digo exclusiva) ‘direito’ do que qualquer outra, como perspectiva que tenta explicar uma parte do léxico de um lugar, de uma região, de uma língua (TRAPERO, 1995: 21, tradução nossa)³.

Dick (1990: 35) já tinha afirmado que a Toponímia se constitui como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Para elucidar determinados topônimos, recorre-se às informações de outras áreas do conhecimento com vistas a explicitar o fator linguístico.

Na concepção da toponimista (1990: 22), os topônimos funcionam “como verdadeiros ‘testemunhos históricos’ de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcendem ao próprio ato da nomeação”. Em se tratando do nome de município, bem como o de vilas, povoados e cidades, evidenciam-se traços da história da língua e do momento histórico em que foram nomeados, como o processo de povoamento, as forças políticas e econômicas do país reverberando na região, a localização, o convívio entre os povos da região e os povos colonizadores, dentre outras informações solidificadas no topônimo.

Nesse sentido, de acordo com Dick (1990: 34), “o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada”. Na função de nome próprio, o signo toponímico não é passível de classificação como totalmente arbitrário, mas duplamente motivado à medida que,

³ - La toponimia es una disciplina cuya problemática se la han repartido la lingüística, la geografía, la historia, la botánica, la arqueología, la antropología... Y todas ellas alegando un "derecho" de propiedad. Pero habrá que convenir que más (no digo exclusivo) "derecho" que ninguna tiene la lingüística, como perspectiva que trata de explicar una parcela del léxico de un lugar, de una región, de una lengua (TRAPERO, 1995: 21).

como pertencente ao léxico comum do grupo e pelas motivações que lhe são atribuídas na nova função onomástica, tem uma face motivada. Acresce ainda que o nome próprio de lugar fica de tal forma imantado ao acidente geográfico que se afigura como pertencente a um domínio fora da língua.

No âmbito brasileiro, os estudos em Toponímia, despontam com a publicação da clássica obra de Sampaio (1901) *O Tupi na Geografia Nacional*, livro que versa sobre a influência indígena na geografia brasileira, com minucioso estudo da ortografia e descrição pormenorizada do sentido dos lexemas. Em decorrência das incursões pelo interior do Brasil, no processo de colonização dos territórios, toma-se contato com povos de outras etnias indígenas pertencentes a famílias linguísticas diferentes da que pertence o Tupi. Essas línguas constituíram objeto de investigação para outros estudiosos, como exemplos, destacamos Cardoso (1961), com a obra *Toponímia Brasileira*, que investiga os nomes de lugares oriundos da língua Bororo e *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*, de Drumond (1965), cujos estudos abarcam, além da língua Bororo, as línguas Caribe e Aruaque em termos da etimologia e semântica.

Nesse contexto, Dick (2006: 94), afirma que, no âmbito brasileiro, a Toponímia, nos primórdios, “tinha seu interesse centrado mais nas línguas da terra, especialmente no tupi antigo, do que no próprio elenco denominativo do português”. Conhecer a língua dos povos da terra se fez necessária, já que as riquezas minerais, da fauna e da flora estavam nomeadas, em um primeiro momento, na língua dos habitantes originários da região.

A sistematização da teoria em Toponímia no Brasil se concretizou a partir dos estudos de Dick (1990; 1992), inicialmente, voltados para o sistema toponímico brasileiro no entendimento restrito ao nome de lugar. Posteriormente, a autora passa a “estudar não apenas o lugar, mas, conjuntamente, o espaço e o nome do espaço” (DICK, 2006: 96). O foco dos estudos recai sobre o sistema onomástico e, assim, além do nome próprio de lugar de qualquer origem, ocupa-se também

de nomes de edifícios, fontes, chafarizes, lojas, praças, símbolos de uma comunidade entre outros. Conforme Dick (2006: 96), o campo de atuação em Toponímia é melhor definido “como de natureza linguística, em função da palavra-sígnica tornada nome, por mecanismos intelectuais”. E, em decorrência da ampliação de concepção do objeto, expandem-se também as fontes de dados dessa ciência, conforme Dick (2006: 97) “ao alargarem-se as possibilidades de coletas de dados onomásticos, o trabalho de campo se inscreve dentre os pontos possíveis de utilização”. Desse modo, junto às cartas topográficas e os mapas fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como fontes de dados para a pesquisa em Toponímia, inserem-se, também, a pesquisa de campo e as entrevistas.

O modelo teórico de Dick (1990: 192) engloba 27 taxionomias divididas em Taxionomias de Natureza Física, reveladoras dos aspectos do mundo natural – hidrografia, fauna, flora, relevo, localização etc. – e Taxionomias de Natureza Antropocultural, que descortinam os aspectos sociais, históricos e culturais, estado emocional, sentimentos, nomes de pessoas, lugares, títulos etc.

De acordo com a toponimista, denominam-se cronotopônimos, por exemplo, os nomes “indicadores de índices cronológicos, representados, em Toponímia pelos adjetivos novo/nova, velho e velha” (DICK, 1990: 28). Para a pesquisadora, “nomes cuja origem revela uma filiação a elementos vegetais ou minerais foram denominados fitotopônimos e litotopônimos, respectivamente” (DICK, 1990: 26). Nessas taxes, podemos citar Nova Mutum, Nova Lacerda; Itaúba, Cocalinho; Diamantino, Pedra Preta, topônimos de municípios de Mato Grosso.

O sintagma do topônimo, conforme Dick (1990, p. 10), resulta da soma do *elemento genérico* (geográfico) que irá receber a denominação e o *elemento específico* (topônimo) que particularizará e identificará o espaço, como podemos observar na composição: *município Vale de São Domingos*.

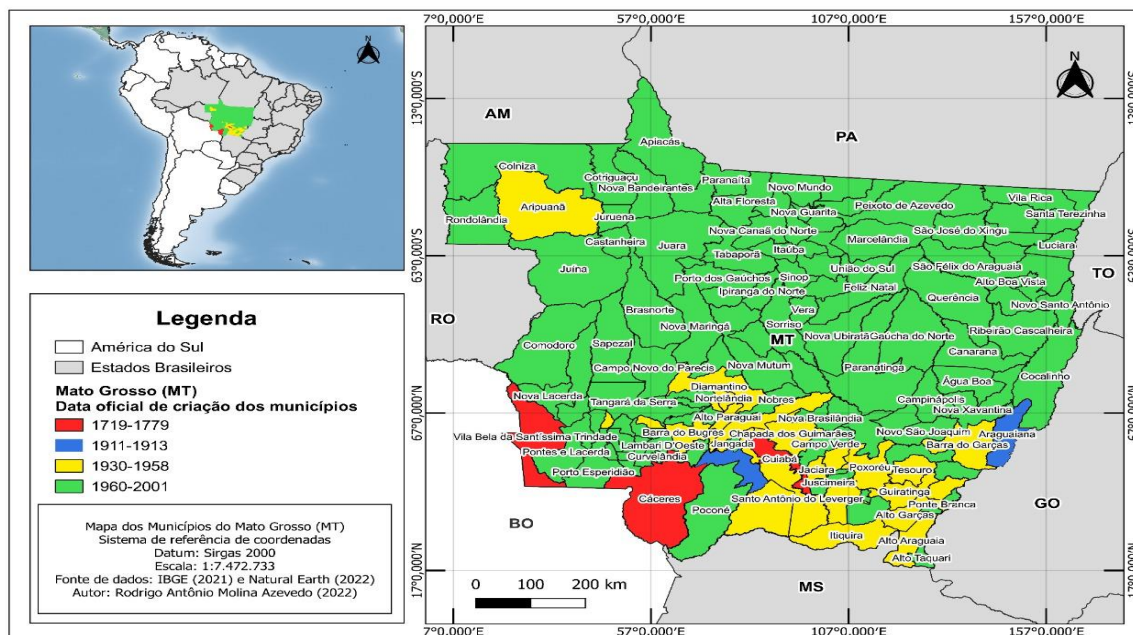
Este trabalho discute a interface entre a macrotoponímia e a História a partir dos designativos dos municípios de Mato Grosso, buscando correlacionar a natureza dos designativos com a formação étnica da população e os diferentes processos de constituição dos municípios. Os dados foram extraídos de mapas/cartas topográficas (IBGE, 2017) e bibliografia referente aos municípios que integram a área da pesquisa. Embasam a análise linguística dos topônimos a consulta a dicionários gerais, dicionários de língua indígena, enciclopédias e outras obras acadêmicas, como dissertações, livros, revistas, teses, artigos disponíveis na *internet*, com vistas a ampliar o entendimento dos nomes dos municípios em causa.

2. Mato Grosso e a constituição dos seus municípios

O espaço da região Centro-Oeste vem sendo produzido, mas de forma descontínua, nucleado e espacialmente desarticulado, a partir do período colonial. Todavia, conforme Ferreira (2001: 25), “inicialmente Mato Grosso viveu um longo período etno-histórico, onde tribos indígenas dominavam todo o seu território”. Higa e Moreno (2017: 102) também afirmam que “Muito antes da ocupação portuguesa no Brasil, esses povos construíram seus territórios, desenvolveram organizações sociais e criaram culturas e formas próprias de viver e se relacionar com a natureza”. Nesse contexto, as diversas nações indígenas puderam manter a própria língua, preservando-a da influência do colonizador, não obstante de mesclarem costumes e dialetos diferentes.

A região que corresponde aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), que dividia o continente americano entre as coroas da Espanha e Portugal, pertencia à Espanha. A ocupação efetiva do amplo território de Mato Grosso ocorreu a partir da década de 1960, intensificando-se nas décadas de 1980 e 1990, haja vista que 85 (60, 28%) municípios foram criados/fundados nas referidas décadas, conforme se verifica na Figura 1.

Figura 1. Mapa do estado de Mato Grosso e a fundação dos municípios a partir de quatro fases.



Fonte: Elaborado pela autora conforme os dados do IBGE (2022).

Cuiabá, fundado em 1719, foi o primeiro município do estado de Mato Grosso, cujas motivações de sua fundação estão diretamente vinculadas ao movimento das entradas e bandeiras paulista, no século XVI, as quais adentraram o interior do Brasil, com o fim precípuo de promover a exploração da terra, povoamento e aproveitamento das riquezas da colônia, especialmente pedras preciosas e mão-de-obra indígena. Em 1718, a bandeira liderada pelo paulista Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro às margens do Coxipó-Mirim, dando início ao Arraial de São Gonçalo Velho ou Aldeia velha, hoje São Gonçalo Beira-rio, em Cuiabá (SIQUEIRA, 2017: 30).

Nesse período, o território de Mato Grosso estava sob o domínio espanhol, posteriormente, foi vinculado ao Império Português pelo Tratado de Madri, em 1750. Da necessidade de demarcação de território na região Sudoeste do país, surgiram os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1952, primeira capital do estado, no vale do Guaporé, e Cáceres, em 1778, ocupando e resguardando a fronteira, adiantando-se, assim, aos espanhóis.

Da constituição dos três municípios (Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres), o estado só veio a apresentar as condições e necessidades de novos municípios quase um século e meio depois, com a fundação de Nossa Senhora do Livramento, em 1911, e Araguaiana, em 1913, a partir do desmembramento do território de Cuiabá. Motivado pela política de expansão colonial de fronteiras, temos Poconé, cujas origens datam de 1777, embora elevado à categoria de município em 1811⁴.

Dos 24 municípios constituídos entre 1933 e 1958, 22 estão historicamente vinculados à extração de metais preciosos no território. Enquanto Jaciara, município fundado em 1958, constituiu-se pelas ações de empresas colonizadoras, modalidade que promoveu grande parte do povoamento do estado. Várzea Grande, por sua vez, apresenta a data oficial de fundação no dia 15 de maio de 1867, embora as origens estejam ligadas aos primeiros dias de Cuiabá, do qual é separado pelo rio Cuiabá.

De acordo com Ferreira (2001: 646), a expansão do povoado de Várzea Grande se deu no contexto da Guerra do Paraguai, ocasião em que foi construído um acampamento militar para atender aos refugiados e prisioneiros paraguaios. Nessas circunstâncias, a fim de cuidar dos cidadãos paraguaios que moravam em Cuiabá e cercanias, os veteranos de guerra mantiveram-se no local de forma permanente.

No mesmo contexto da Guerra do Paraguai, nomeou-se o município de Barão de Melgaço, em 1937, em referência ao almirante Augusto João Manoel Leverger, pelas ações estratégicas importantes na batalha, construindo uma trincheira fortificada nas colinas de Melgaço, no período da Guerra.

⁴ Estamos considerando as datas oficiais de fundação dos municípios.

Na década de 1960, deu-se início ao processo de ocupação da região Centro-Oeste, de modo planejado e articulado, entre os órgãos do governo federal e empresas particulares. Nesse cenário expansionista, foram fundados sete municípios nos anos de 1960, 18 na década de 1970 e 82 nas duas últimas décadas do século XX.

A concessão de créditos e de incentivos fiscais federais no processo de aquisição de terras, subsídios na compra de insumos e garantias à propriedade fundiária tornaram a ocupação de Mato Grosso um negócio promissor. Inúmeros investidores do centro-sul do país constituíram empresas que atuavam no processo de colonização, administrando a distribuição das terras, aberturas de estradas para viabilizar o assentamento dos povos oriundos especialmente do Sul e Sudeste do país. Relativamente a essa estratégia política de colonização e reforma agrária, Ianni, assevera que,

expressa a articulação entre os interesses da grande empresa privada e o poder público, de modo a conduzir a resolução da questão da terra de acordo com o princípio da propriedade privada e segundo as exigências de um crescimento extensivo do capitalismo em áreas de terras devolutas, tribais, ou ocupadas por posseiros (IANNI, 1979: 98).

A política de colonização implementada pela parceria entre governo federal e empresas privadas foi uma solução para os problemas agrários do Sul do país, mais especificamente do Rio Grande do Sul e Paraná (BARROZO, 2014). A região implementou uma modernização do setor agrícola, com o remanejamento dos minifúndios e latifúndios improdutivos, incorporando-os às terras das grandes fazendas e, por consequência, desencadeou o processo de migração das famílias para o Mato Grosso e para a Amazônia.

Além do ouro e do diamante, o Ciclo da Borracha motivou o surgimento de núcleos populacionais que foram elevados à categoria de municípios, no final do século XX, como nos exemplos de Lucas do Rio Verde, em 1988, Cláudia, em 1988, Denise, em 1982, entre outros.

Em 2000, registramos a criação dos municípios de Ipiranga do Norte, a partir do Projeto Ipiranga, e Itanhangá, a partir do Projeto de Assentamento Itanhangá, ambos pertencentes ao município de Tapurah.

Na presente data, o estado está dividido em cinco Regiões Geográficas Intermediárias e 18 Regiões Geográficas Imediatas que compreendem os 141 municípios. O Quadro 2 dispõe os nomes dos municípios e a classificação taxionômica que motivou a escolha do denominador. Os topônimos de origem indígena estão com informações detalhadas em nota de rodapé, a seguir.

3. Análise e discussão dos dados

Quadro 2: Classificação dos topônimos conforme a teoria de Dick (1990; 1992)

Taxionomias de Natureza Antropocultural	
Acronimotopônimos ⁵	Brasnorte, Colíder, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Sinop, Juscimeira.
Antropotopônimos	Cáceres, Carlinda, Cláudia, Denise, Figueirópolis d'Oeste, Jaciara, Juara, Rondolândia, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Luciara, Marcelândia, Nobres, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Tapurah.
Axiotopônimos	Barão de Melgaço, Comodoro, Dom Aquino, General Carneiro.
Astrotopônimo	Primavera do Leste.
Corotopônimos	Mirassol d'Oeste, Vera, Vila Rica; Querência.
Cronotopônimos	Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Lacerda, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Nazaré, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim.
Etnotopônimos	Gaúcha do Norte, Indiavaí, Apiacás.
Ergotopônimos	Jangada, Ponte Branca.
Hagiotopônimos	Nossa Senhora do Livramento, Rosário Oeste, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leste, Santo Antônio de Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Rio Claro, São José do Xingu, São José dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa.
Historiotopônimos	Ipiranga do Norte.

⁵ Em Francisquini (1998 *apud* SOUSA, 2008: 36), encontra-se o acréscimo da taxa dos acronimotopônimos que se aplica aos topônimos formados por siglas como no exemplo de COHAB (Companhia de Habitação Popular).

Nootopônimos ⁶ Eufórcos	Bom Jesus do Araguaia, Glória d'Oeste, Conquista d'Oeste, Feliz Natal, Sorriso, Tesouro, União do Sul.
Sociotopônimos	Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal.
Poliotopônimos	Vila Bela da Santíssima Trindade, Tabaporã ⁷ .
Taxionomias de Natureza Física	
Geomorfotopônimos	Vale de São Domingos, Chapada dos Guimarães, Várzea Grande, Serra Nova Dourada, Campinápolis, Campo Verde, Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis e Planalto da Serra.
Cardinotopônimos	Nortelândia, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Paraguai, Alto Taquari.
Fitotopônimos	Castanheira ⁸ , Acorizal ⁹ , Araputanga ¹⁰ , Itaúba ¹¹ , Canabrava ¹² do Norte, Canarana ¹³ , Cocalinho ¹⁴ , Sapezal ¹⁵ , Guarantã ¹⁶ do Norte, Matupá ¹⁷ , Aripuanã ¹⁸ .

⁶ Devido aos traços semânticos distintos, Isquierdo (2013) subdividiu a taxionomia dos animotopônimos ou nootopônimos em eufóricos: apresentam traços de uma impressão agradável, otimista, por exemplo: Belo Horizonte (MG); e animotopônimos ou nootopônimos disfóricos: sinalizam uma impressão desagradável, pessimista, por exemplo: Rio Triste (MT).

⁷ - Tabaporã: do tupi, taba: aldeia, a povoação, o arraial (SAMPAIO, 1987: 318) + poranga: a beleza, a formosura = aldeia bonita (SILVA, 1966: 279).

⁸ - Castanheira: trata-se de árvore que produz a castanha-do-pará (FERREIRA, 2001).

⁹ - Acorizal: deriva-se de acori, designativo de um tipo de coqueiro. <http://www.ipatrimonio.org/acorizal-centro-historico>. Acesso em 03/11/2022.

¹⁰ - Araputanga: do tupi significando o conhecido Mogno-Brasileiro (*Swietenia macrophylla*, 'madeira') (HOUAISS, 2009).

¹¹ - Itaúba: do tupi: itá = pedra + ywa = árvore. Na composição, significa árvore dura como pedra (HOUAISS, 2009).

¹² - Canabrava: nome de um vegetal nativo (espécie de cana de grande espessura) que floresce nas margens de córregos (FERREIRA, 2001).

¹³ - Canarana: planta da família das gramíneas, nativa da Guiana e Amazônia, de folhas lanceoladas que fornecem excelente forragem e material para fabricar papel (HOUAISS, 2009).

¹⁴ - Cocalinho: conforme fontes orais significa palmeiras de Babaçu.

¹⁵ - Sapezal: origina-se do substantivo sapê: designação de gramínea conhecida da qual se fazem fachos e tetos de habitação (SAMPAIO, 1987) + o sufixo sinalizador de coletivos a -al, nessa função, a partir do XIX para cá: açazal, babaçuzal, bambuzal, mocoçal, saraizal (a vogal antes de -zal era tônica) e, para o hiato, se interpôs a chamada consoante de ligação ou infixo -z-. (HOUAISS, 2009).

¹⁶ - Guarantã: designação de árvore da família das rutáceas, com madeira nobre, resistente à umidade (HOUAISS, 2009). Guarantan/ Guara-antã, a madeira rija (SAMPAIO, 1987: 238)

¹⁷ - Matupá: origina-se do tupi, significando floresta à beira d'água (FERREIRA: 2001). Contudo, Silva (1966: 241), apresenta a palavra matupã e informa tratar-se mat(á) = (y) mat (á) = arvoredo, floresta + tupã = Deus, significando a floresta do Senhor.

¹⁸ - Aripuanã: do tupi (a (y) ry – palma + puanã – poanã = encorpado, basto, fibroso, a palmeira carregada, fibrosa, polpuda) (SILVA, 1966: p. 55).

Hidrotopônimos	Itiquira ¹⁹ , Poconé ²⁰ , Poxoréu ²¹ , Água Boa, Barra do Bugres, Barra do Garças, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Salto do Céu, Juína ²² , Juruena ²³ , Paranatinga ²⁴ , Paranaíta ²⁵ .
Litotopônimos	Diamantino, Pedra Preta, Terra Nova do Norte, Itanhangá ²⁶ , Pontal do Araguaia, Arenápolis, Torixoréu ²⁷ .
Morfotopônimo	Curvelândia.
Zootopônimos	Cuiabá ²⁸ , Jauru ²⁹ , Lambari ³⁰ d'Oeste, Guiratinga ³¹ , Tangará ³² da Serra, Araguaiana ³³ , Araguinha ³⁴ .

Fonte: Elaborado pela autora.

No conjunto dos topônimos sobressaem a homenagem à terra do colonizador, homenagem ao colonizador, às entidades da fé católica, conforme se verifica no Gráfico 1.

¹⁹ - Itiquira: origina-se do bororo y = água + tiqyra = gotejar, pingar, chuvejar, cair = água pingada ou gotejante (SILVA, 1966:190).

²⁰ - Poconé: origina-se do Bororo pó = água, rio + coné + mau cheiro, rio de mau cheiro (DRUMOND, 1965). Também constitui uma referência ao povo Beripoconé (FERREIRA, 2001).

²¹ - Poxoréu: pó = água, rio + Cereu/xeréu = escuro - Rio das Águas Escuras (DRUMOND, 1965).

²² - Juína: Juí = rio das rãs (SILVA, 1966: 215). Todavia, conforme fontes orais, Juína - Zuí-uína = rio de Gavião.

²³ - Juruena: yuru – barra, foz + ena – esvaziar, derramar, extravasar na embocadura (SILVA, 1966: 218).

²⁴ - Paranatinga: Paraná-tinga, o mar ou caudal branco (SAMPAIO, 1987: 295).

²⁵ - Paranaíta: Pará-nã,- o que é semelhante ao mar + ita – pedra = Rio Grande de Pedra (SAMPAIO, 1987: 294).

²⁶ - Itanhangá: Itá-nheenga, pedra sonante ou onde mora o espírito (SILVA, 1966: 180).

²⁷ - Torixoréu: origina-se do Bororo tori = pedra + chorêo = preta = pedra escura (CALDAS, 1899).

²⁸ - Cuiabá: a etimologia do topônimo seria Cuiabá – Cuyabá – Cuyavá – Cuyaverá– Kyyaverá, Cuiabá significando Lontra brilhante, conforme carta do jesuíta Agostinho Castañares, transcrita por Jaime Cortesão, na obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, analisada pelo professor paraguaio de gramática guarani, Brasilides Brites Fariña (SILVA, 2021).

²⁹ - Jauru: onde há jaús, peixe grande de rio (SAMPAIO, 1987).

³⁰ - Lambari: do tupi Lambary o peixinho de água doce semelhante à sardinha. Alt. Araberí, Alambary (SAMPAIO, 1987: 273)

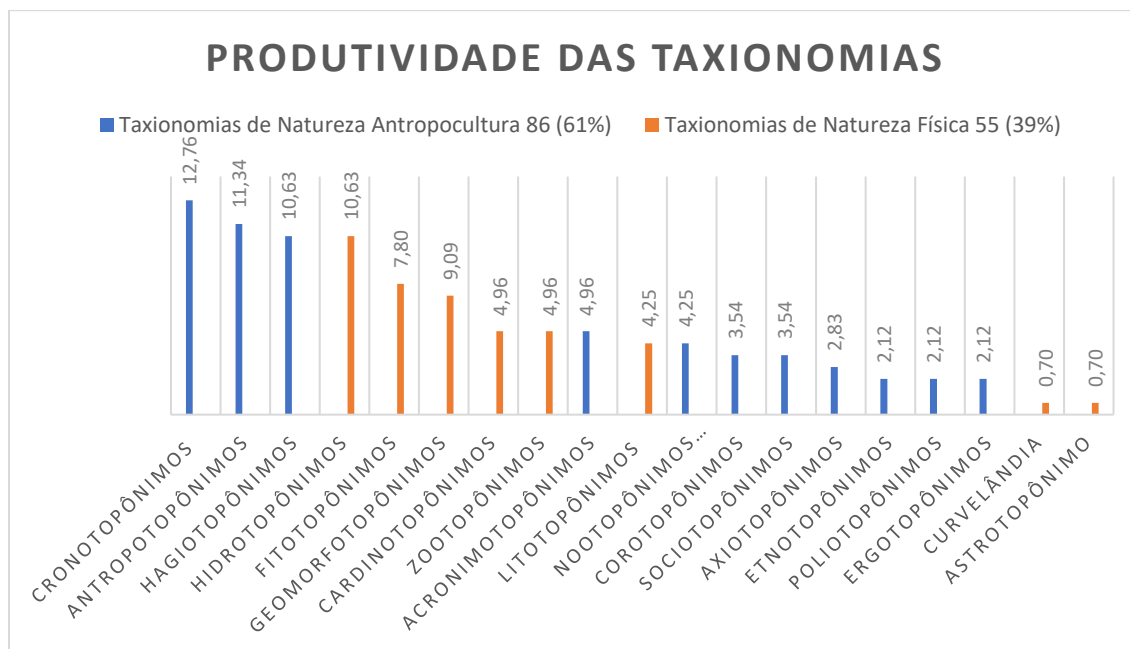
³¹ - Guiratinga: Guirá-tinga, o pássaro-branco, a garça (SAMPAIO, 1987: 241).

³² - Tangará: nome comum a várias espécies de aves passeriformes da fam. dos piprídeos, encontradas em toda a América do Sul; machos ger. coloridos, esp. a cabeça, e fêmeas verdes – Uirapuru (HOAUISS, 2009).

³³ - Araguaiana: Araguaya: Ará-guaya, os papagaios mansos (SAMPAIO, 1987) + o sufixo –ana muito fecundo em português como em baiana, americana caiana etc. (HOAUISS 2009), formando um adjetivo pátrio.

³⁴ - Araguinha: Araguaya: Ará-guaya, os papagaios mansos (SAMPAIO, 1987) + o sufixo latino *inha* formador de diminutivo

Gráfico 1. Distribuição e produtividade das Taxionomias



Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de motivação toponímica, predominam, nesse *corpus*, as taxas de natureza antropocultural. Lideram os cronotopônimos, com 18 designativos nomeando municípios fundados essencialmente nas décadas de 1980 e 1990.

Os topônimos constituídos pelo adjetivo *novo/nova* no elemento específico expressam uma demarcação cronológica entre o novo município e a terra do colonizador, como nos exemplos de *Nova Guarita* e *Nova Olímpia*, para diferenciar dos municípios de *Guarita*, no Rio Grande do Sul e *Olímpia*, em São Paulo.

Em dois topônimos, além do adjetivo *novo/nova*, como garantia da localização da nova região, acrescentou-se a posição geográfica em contexto de estado e de país com a locução *do norte*. São representativos dessa formação toponímica os designativos *Nova Canaã do Norte* e

Novo Horizonte do Norte e, no panorama geral, há 16 topônimos inclusos em outras taxas acrescidos da localização Norte, Sul, Leste, Oeste.

Os Antropotopônimos formam a segunda taxa mais produtiva, nomeando 18 municípios. Os designativos transparecem a homenagem aos primeiros colonizadores (*Nobres, Peixoto de Azevedo, Lucas do Rio Verde* etc.); chefe da tribo indígena Iranxe (*José Tapurah*); homenagem às mulheres de maneira geral, no designativo *Cláudia*; à personagens de lendas indígenas (*Jaciara, Juara*); aos cartógrafos da primeira cartografia dos rios das bacias Amazônica e do Prata (*Pontes e Lacerda*). Figura, nessa categoria, o terceiro município constituído na região, *Cáceres*, em homenagem ao capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Registramos, ainda, os topônimos formados a partir do prenome + acréscimo de sufixo *Luciara* e *Marcelândia* e topônimos formados a partir de sobrenome + acréscimo de sufixos *Figueirópolis d'Oeste, Rondolândia* e *Rondonópolis*. Em relação ao Topônimo *Luciara*, derivou-se de Lúcio Pereira da Luz, líder do povoamento da região + os elementos mórficos –a + -ra. Sendo –a, “vogal temática da 1ª declinação lat., em que predominavam palavras do gênero fem. como *rosa, aluna, vida, lama* etc.” (HOUAISS, 2009).

Marcelândia e *Rondolândia* originam-se dos antropônimos *Marcelo*, filho do responsável pela colonizadora Maiká, José Bianchini, e de *Rondon*, colonizador e indigenista Cândido Mariano Rondon, respectivamente + o sufixo *-lândia*. Houaiss (2009: 50), informa tratar-se o sufixo *-lândia* de um “pospositivo, do teutônico comum, como 'terra, país, região etc.', extremamente frequente em *topônimos* das línguas anglo-saxãs, alatinados tardiamente com o recurso do suf. *-ia* de locativos pátrios...”. Semanticamente, o sufixo expressa valor afetivo ou pitoresco, conforme o dicionarista, significando, nesse sentido, terra ou região de Marcelo e de Rondon.

Figueirópolis d'Oeste trata-se também do antropônimo Figueira (José Joaquim Azevedo Figueira e familiares) – e *Rondonópolis* refere-se a Rondon. Conforme Ferreira (2001) e Houaiss (2009), é pospositivo, preferencialmente usado em topônimos, como nos exemplos: *Anápolis*, *Alvinópolis*, *Divinópolis*, *Florianópolis*, *Nilópolis*, *Palépolis*, *Petrópolis*, *Teresópolis*, *Trípolis*. Assim, *Figueirópolis* e *Rondonópolis* significam cidade de Figueira e cidade de Rondon.

Há 15 municípios do Mato Grosso que classificam-se como *hieró/hagiotopônimos*, elevando a taxa para uma das mais produtivas, com quatro ocorrências para os hagiotopônimos femininos: *Nossa Senhora do Livramento*, *Santa Rita do Trivelato*, *Santa Terezinha* e *Santa Carmem*; duas ocorrências dos símbolos sagrados da fé católica: *Rosário Oeste* e *Santa Cruz do Xingu*; e nove ocorrências de topônimos com os santos do catolicismo, dentre eles, São José nomeiam quatro municípios com os devidos modificadores: São José do Povo, São José do Rio Claro, São José do Xingu, São José dos Quatro Marcos; e Santo Antônio, com duas ocorrências: Santo Antônio de Leverger e Santo Antônio do Leste; uma ocorrência de São Pedro da Cipa³⁵.

São expressivos os designativos que integram a taxa dos nootopônimos/animotopônimos, nomeando oito municípios. São nomes que traduzem característica da realidade subjetiva, podendo expressar sentimentos agradáveis – animotopônimos/nootopônimos eufóricos –, e desagradáveis – animotopônimos disfóricos. Na nomeação dos municípios de Mato Grosso, observa-se um padrão pelos aspectos agradáveis dessa realidade. Comprovamos essa tendência em *Bom Jesus do Araguaia*, *Glória d'Oeste*, *Conquista d'Oeste*, *Feliz Natal*, *Sorriso* e *União do Sul*.

Em cinco topônimos, observa-se a força das companhias colonizadoras na escolha dos nomes da localidade. Inclusas na taxa dos acronimotopônimos (topônimos formados a partir de siglas), registramos Brasnorte (empresa Brasil-Norte.); Colíder (Colonizadora Líder); Colniza

³⁵ Cipa apresenta a forma de composição pelas iniciais de *Companhia Industrial Pastoril Agrícola*.

(Colonização Comércio e Indústria Ltda); Confresa (Colonizadora Frenova Sapeva); Cotriguaçu (Cooperativa dos tricultores de São Miguel do Iguazu – Empresa Cotriguaçu de Colonização do Aripuanã); Sinop (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná); e Juscimeira (João Matheus Barbosa Juscelândia - e José Cândido - Limeira). Em homenagem aos colonizadores, formou-se o topônimo Juscimeira.

Dos cinco municípios motivados pela taxa dos sociotopônimos, quatro ocorrências se dão com o item lexical *porto*: *Porto Alegre do Norte*, *Porto dos Gaúchos*, *Porto Esperidião* e *Porto Estrela*. Em todos esses municípios, a motivação está diretamente ligada à presença de um porto. Em *Porto Estrela*, cujas informações dos mais antigos moradores, o povoamento ocorreu às margens do Rio Paraguai. *Porto Esperidião*, antes, *Porto salitre*, às margens do rio *Jauru*. *Porto dos Gaúchos* relaciona-se ao *ribeirão Mestre Falcão*, no *rio Arinos*. Apreende-se, ainda, que os aglomerados de onde originam-se esses municípios, os portos, foram fundamentais no processo de colonização.

Registramos uma ocorrência da unidade lexical *Reserva*, compondo o sintagma *Reserva do Cabaçal*, referindo-se a uma área reservada a fim de formar um núcleo urbano aos arredores do rio *Cabaçal*, cuja causa denominativa foram os índios *Cabaçais (Bororo)* que habitavam a região.

Registramos quatro ocorrências de axiotopônimos: *Barão de Melgaço*, em homenagem a *Augusto João Manoel Leverger*, militar que se notabilizou pelas ações implementadas na Guerra do Paraguai e presidente da província de Mato Grosso; *Comodoro*, escolha da empresa colonizadora da região; *Dom Aquino*, em homenagem a Dom Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá e governante de Mato Grosso; e *General Carneiro*, ligado a Cândido Mariano da Silva Rondon durante o processo de implantação das linhas telegráficas.

Na taxa dos poliotopônimos, registramos os designativos *Vila Bela da Santíssima Trindade*, primeira capital de Mato Grosso e Tabaporã³⁶. De acordo com Ferreira (2014), o nome Tabaporã (Aldeia Bonita) foi uma sugestão do poeta Carlos Drummond de Andrade a um dos envolvidos no empreendimento imobiliário de colonização da região, de quem era amigo. A denominação surgiu na cidade de São Paulo, sede da empresa, não constituindo, portanto, uma técnica espontânea de denominação, o esperado nos topônimos de origem indígena.

Os quatro designativos *Mirassol d'Oeste*, *Vera*, *Vila Rica* e *Querência* enquadram-se na categoria dos corotopônimos, pois se referem a nomes de outras localidades do país e do estado, escolhidos para nomear os municípios. *Mirassol d'Oeste* faz referência ao município de Mirassol, em São Paulo, terra do colonizador, acrescido de *d'Oeste* como marcador geográfico que o diferencia do município motivador do nome. *Vera* é homenagem ao primeiro topônimo pátrio, dado por Pedro Álvares Cabral, *Terra de Vera Cruz*; e *Vila Rica* constitui-se como homenagem dos colonizadores mineiros à primeira capital do estado de *Minas Gerais*, atual *Ouro Preto*. Já o município de Querência, fundado pela Cooperativa Mista de Canarana, teve, como primeiros habitantes da região, os gaúchos. A denominação constitui-se como uma demarcação do cunho gaúcho da região, por ser designativo típico de localidades da região Sul, bem como nome do município Querência do Norte, no Paraná.

A taxa dos etnotopônimos engloba homenagem aos colonizadores do Sul do país, no designativo *Gaúcha do Norte*; aos povos indígenas da região, *Apiacás*³⁷ e *Indiavaí*³⁸.

³⁶ - Tabaporã: do tupi, *taba*: aldeia, a povoação, o arraial (SAMPAIO, 1987: 318) + *poranga*: a beleza, a formosura = aldeia bonita (SILVA, 1966: 279).

³⁷ - A língua *Apiaká* pertence ao sexto ramo da família Tupi-Guarani (CABRAL; RODRIGUES, 2002).

³⁸ - *Indiavaí* é nome que procura dar referências históricas aos povos Bororo (Cabaçais) que habitavam a região antes da colonização por povos de outros estados e de outras localidades do próprio estado. (FERREIRA, 2001). Os povos Bororo falam a língua *Boe Wadáru* (informação fornecida por eles próprios) pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Contudo, a palavra Bororo designa, também, a língua falada por eles. O topônimo é constituído pelo termo índia + *avaí/ avahy/Abá-y*, de origem tupi cujo significado é rio do homem (SAMPAIO, 1987: 202).

Entre os elementos da cultura material que integram a taxa dos ergotopônimos, registramos *Jangada*, meio de transporte rudimentar para vias fluviais cuja causa denominativa é o histórico rio das entradas e bandeiras que banha o município. Enquanto *Ponte Branca* (antigo *Alcantilado do Araguaya*) expressa um meio de estabelecer conexão entre dois espaços separados pela água, o qualificativo, *branca*, é em referência à cor da madeira utilizada na construção da ponte.

Do ponto de vista taxionômico, os 53 designativos de municípios de Mato Grosso, de acordo com o modelo de Dick (1992: 31-34), configuram-se como nomes descritivos, enquadrando-se na categoria de natureza física. A taxa mais numerosa é a dos hidrotopônimos, nomeando 14 municípios, traduzindo os aspectos de cor, quantidade, qualidade da água: *Itiquira* (água Pingada ou Gotejante); *Poconé* (*Rio de Mau Cheiro*); *Poxoréu* (Rio das Águas Escuras); *Água Boa*; *Barra do Bugres*; *Barra do Garças*; *Ribeirão Cascalheira*; *Rio Branco*; *Salto do Céu*; *Juína* (Rio de Gavião); *Juruena* (Foz Esvaziada); *Paranatinga* (Mar ou Caudal Branco); *Paranaíta* (Rio Grande de Pedras). Registramos ainda *Ribeirãozinho*, nome de município em sintagma simples, porém, acrescido de morfema posposto indicador de diminutivo –zinho. Nessa taxa, destacam-se os nomes dos elementos geográficos (nomes genéricos) especialmente *rio* e *água* que foram incorporando a função de nome próprio na designação dos municípios.

Os topônimos motivados pela flora nomearam 11 municípios: *Acorizal* (coqueiro *Acori*); *Araputanga* (*Mogno brasileiro*); *Itaúba* (árvore dura como pedra); *Canabrava do Norte* (*Canabrava* -vegetal nativo que floresce nas margens de córregos); *Canarana* (gramíneas que constituem matéria-prima para fabricar papel); *Castanheira* (árvore que produz a castanha-do-pará); *Cocalinho* (palmeiras de *Babaçu*), *Sapezal* (gramínea conhecida de que se fazem fochos e tetos de habitação); *Guarantã do Norte* (*Guarantã* - árvore com madeira nobre, resistente à umidade); *Matupá* (floresta à beira d'água); e *Aripuanã* (a palmeira carregada, fibrosa, polpuda). Observa-se que grande parte dos nomes inclusos na taxa dos fitotopônimos, atende às necessidades alimentares, de construção

de moradias, de moveis e à confecção do vestiário dos habitantes da região. Assim, as propriedades dessas plantas que designaram os acidentes humanos são conhecidas do denominador.

Em Canabrava do Norte, o primeiro elemento do sintagma toponímico apresenta uma elisão do substantivo *cana* + o adjetivo *brava*, possivelmente fruto de uma pronúncia oral da nomeação espontânea que se solidificou. Enquanto o topônimo Canarana, constituído pelo substantivo *cana* + o sufixo *-rana*. Pospositivo, do tupi, *rana* significa semelhante, parecido a, da feição de, de início, usado como adjetivo conforme os exemplos de mendoeirana, arajarana, buritirana, cajarana, entre outros (HOUAISS, 2009). Canarana e Canabrava são, pois, topônimos repetidos na nomeação dos municípios, contendo os modificadores que os tornam únicos.

A categoria dos geomorfotopônimos, ou seja, os nomes de municípios cuja motivação se deu em virtude das características das formas da topografia da localidade, apresentou oito ocorrências, havendo uma predileção pelo genérico *campo*, que nomeou quatro localidades: Campo Verde, Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis e Campinápolis. Sendo que, em Campinápolis, a constituição toponímica utiliza o formante *campo + ina + polis*: cidade dos campos. É importante lembrar que, em Campos de Júlio, a nomeação é claramente homenagem ao então governador de Mato Grosso Júlio José de Campos (IBGE, 2017). Em Pontal do Araguaia, a índole é de ordem geomorfológica, mas a motivação que se destaca é a do rio Araguaia. Em *Planalto da Serra*, há a solidificação de dois aspectos do relevo onde se localiza o município, um relativo à forma (plano - geomorfotopônimo), outro relativo à altura do relevo (alto - dimensiotopônimo), conforme Houaiss (2009) trata-se de superfície elevada e plana, ou com poucas ondulações, entalhada por vales encaixados, o que supõe uma certa altitude acima.

Os sete municípios inclusos na taxa dos Cardinotopônimos são motivados pelas características de localização do acidente geográfico, taxa onde foi produtivo o aspecto da altura (+ acima) topográfica do município, são eles: Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto

Garças, Alto Paraguai e Alto Taquari. Em *Nortelândia*, observa-se a formação do designativo a partir do substantivo *norte*, em referência ao contingente populacional originário das regiões Norte e Nordeste, que contribuiu para a formação da cidade, + o sufixo *-lândia* significando a terra do norte.

Nomeando seis municípios, a taxa dos litotopônimos apresenta o formante “pedra” na constituição de três localidades: Pedra Preta, Itanhangá (Pedra Sonante ou Onde Mora o Espírito) e Torixoréu; (pedra escura). Já o topônimo Diamantino transparece o ciclo de povoação do município, motivado pelas pedras preciosas; em Terra Nova do Norte, registramos a diferença dos municípios de mesmo nome em Pernambuco e Bahia, o que justifica o acréscimo de *do Norte*, indicativo da localização; e Arenápolis (areia + polis= cidade de areia).

Registramos sete ocorrências de zootopônimos: Cuiabá (Lontra Brilhante), capital de Mato Grosso desde 28 de agosto de 1835; Jauru (Grande Peixe Fluvial); Lambari d'Oeste (Peixinho de Água Doce); Guiratinga (a Garça); Tangará da Serra (Tangará – nome de várias espécies de pássaros, sinônimo de Uirapuru); Araguaiana (papagaio manso); e Araguainha (Papagaio Manso). São animais que figuram em um eixo de relações com o homem no que tange ao suprimento das necessidades alimentícias.

Registramos ocorrência única do morfotopônimo Curvelândia, antiga Curva do Boi, devido a acontecimento insólito marcante na memória coletiva, em uma curva. O topônimo é constituído pelo formante *curva* + sufixo *-lândia*, conforme já assinalado, trata-se de um sufixo que compõe o sentido de terra ou região da curva.

4. Língua de origem

Em se tratando de base linguística, os topônimos Jaciara, Juara, Tapurah, Tabaporã, Indiavaí, Apiacás, Itanhangá, Jauru, Acorizal, Araputanga, Itaúba, Sapezal, Matupá, Aripuanã, Itiquira, Poconé, Poxoréu, Juína, Juruena, Paranatinga, Paranaíta, Araguaiana, Araguainha, Juína

e Guiratinga são de origem indígena, perfazendo um total de 25 (17,73%). Os topônimos Acorizal e Sapezal, embora constituídos por uma base indígena (*acori* e *sapê*) e um sufixo português (-zal), não foram classificados como uma composição híbrida, uma vez que, para fins deste estudo, os nomes estão sendo analisados a partir da sua estrutura formal.

Os topônimos de estrutura híbrida, com um formante de língua indígena, correspondem a 18 (12,76%), a saber: Ipiranga do Norte, Nova Ubitatã, Nova Xavantina, Nova Maringá, Santa Cruz do Xingu, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Campo Novo do Parecis, Alto Araguaia, Alto Paraguai, Alto Taquari, Guarantã do Norte, Pontal do Araguaia, Lambari d'Oeste, Tangará da Serra, Nova Mutum, Porto dos Gaúchos e Gaúcha do Norte. E outros 98 (69,50%) nomes dos municípios de Mato Grosso pertencem à língua vernácula.

Os dados referendam, pois, a posição de Dick (2004, p. 48) de que “a toponímia, desde 1500 e nos anos seguintes, foi europeia ou de matrizes europeizantes, os primeiros nomes se formando à maneira lusitana, impregnados de seus próprios valores”. Comprova-se, pois, que, embora os povos autóctones fossem os únicos habitantes da região até a primeira metade do século XVIII, a força do sistema colonizador se sobrepõe na escolha dos nomes dos municípios, ou seja, os nomes portugueses foram suplantando os vocábulos autóctones vistos como exóticos, à margem dos padrões linguísticos considerados ideais.

Considerações finais

No conjunto dos nomes dos 141 municípios que compõem o estado de Mato Grosso, há nomes que refletem a presença indígena na localidade (Tapurah, Tabaporã, Itanhangá, Jauru etc.), homenagem aos primeiros colonizadores (Nobres, Marcelândia, Lucas do Rio Verde etc.); homenagem à entidade da política de destaque durante a Guerra do Paraguai (Barão de Melgaço), a figuras da política e da religião, influente no estado (Dom Aquino); a figuras importantes na atuação de integração do território brasileiro pela instalação das linhas telegráficas (Rondonópolis,

Rondolândia); uma expressiva ocorrência de topônimos que homenageiam a terra do colonizador (Nova Bandeirantes, Nova Guarita, Nova Mutum etc.); uma forte influência do catolicismo, haja vista os 15 municípios com nomes de santos (Santa Rita do Trivelato, São José do Xingu, dentre outros); e homenagem ao primeiro topônimo do Brasil (Vera – Terra de Vera Cruz).

Os 25 (17,73%) topônimos que são de língua indígena figuram predominantemente nas taxas de natureza física dos litotopônimos (Itanhangá, Torixoréu); nos hidrotopônimos (Itiquira, Poconé, Poxoréu); e nos zootopônimos (Cuiabá, Tangará da Serra, Araguaiana). Os topônimos Jaciara, Juara são os únicos motivados pelos fatores de natureza antropocultural.

Recebido em 13/02/2023

Aceito em 14/03/2023

Publicado em 14/03/2023

Referências Bibliográficas

Barrozo, João Carlos. (2014). A colonização em mato grosso como “portão de escape” para a crise agrária no Rio Grande do Sul. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. n. 32.2, 144-146.

Cabral, Ana Suely Arruda Câmara; Rodrigues, Aryon dall'igna. (2002). Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história. *Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL* t. 1, 327-37 Belém: EDUFPA

Caldas, José Augusto. (1899) *Vocabulário da língua indígena dos Bororos Coroados*. Equipe de Mato-Grosso. Cuyabá.

Cardoso, Armando Levy. (1961). *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Carvalhinhos, Patrícia de Jesus. (2002-2003). Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, n.56, 172-179.

Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral. (2006). Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. C. de (org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 91-117.

Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral. (2004). A Língua de São Paulo. *Revista USP*, São Paulo, n. 63, 36-63.

Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral. (1992). *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP.

Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral. (1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado.

Drumond, Carlos. (1965). *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Editora da USP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2022). *Cidades e Estados*. Disponível em: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2022). *Portal de mapas*. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa198>. Acesso em: 10 de abril de 2022

Ferreira, João Carlos Vicente. (2014). *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá. Editora Integrar.

Ferreira, João Carlos Vicente. (2001). *Mato Grosso e seus Municípios*. Cuiabá. Editora Buriti.

Higa, Tereza Cristina Souza.; Moreno, Gislaene. (2017). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente*. 2 ed. Cuiabá: Entrelinhas.

Houaiss, Antônio. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Ianni, Octavio. (1979). *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Isquerdo, Aparecida Negri. (2020). Prefácio In: Amaral, Eduardo Tadeu Roque; Seide, Márcia Sipavicius. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 9-25.

Isquerdo, Aparecida Negri. (2013). A motivação toponímica: algumas reflexões. In: Sella, Aparecida Feola; Corbari, Clarice Cristina; Bidarra, Jorge. (org.). *Pesquisas sobre Léxico: reflexões teóricas e aplicação*. 1a ed. Campinas-SP; Cascavel-PR: Pontes; Edunioeste, 2013, v. 26., 81-96.

Sampaio, Teodoro. (1901). *O tupi na geografia nacional*. Memória lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asampaio-1901-tupi/>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

Silva, Paulo Pitaluga Costa e. (2012). *Erros e mitos na história de Mato Grosso*. Cuiabá: Carlini e Caniato.

Silva, Júlio Romão da. (1966). *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Brasiliense.

Sousa, Alexandre Melo de. (2008). Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira: Gênese e Trajetória. *ÍCONE - Revista de Letras*, São Luís de Montes Belos, v. 2, n. 2, 31-42, jul. 2008. Disponível em: <http://www.slmb.ueg.br/iconeletras>. Acesso em: 28 maio de 2022.

Siqueira, Elizabeth Madureira. (2017). *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. 2. ed. Cuiabá: Entrelinhas.

Trapero, Maximino. (1995). *Para uma teoria lingüística de la toponímia: estudios de toponímia canaria..* 2ª edição. Las Palmas de Gran Canaria. Universidad de las Palmas de Grand Canaria.